

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1982. 163 p.

O livro analisa as bases do autoritarismo brasileiro a partir do confronto centralização/descentralização na história política do Brasil, desde o período colonial até 1964.

O autor inicia a análise a que se propõe, colocando-se dentro de um enfoque — tornado clássico por Faoro — que procura entender o Brasil a partir de uma polarização não propriamente econômica, mas basicamente política, opondo, de um lado, o Estado e sua máquina burocrática sufocante, e, de outro, a sociedade civil asfixiada — aí incluídos os segmentos que, noutras paragens, passam por ser as classes dominantes por excelência (proprietários rurais, empresários, industriais, etc.)

Após uma breve revisão das teorias dos principais pensadores que se preocuparam com a questão do Estado (Maquiavel, Rousseau, Hegel, Marx), o autor canaliza sua atenção para a teoria do Estado patrimonial ou neopatrimonial — como pretende afirmar — com todo o seu poder burocrático, e força de centralização, tanto no que se refere a problemas políticos, como no que diz respeito a questões econômicas e sociais.

No seu conceito, o Estado patrimonial é aquele que utiliza o poder burocrático, com todas as suas ramificações, e a partir dele procura dominar todos os

segmentos da sociedade, centralizando as suas decisões, e impedindo o aparecimento de forças autônomas.

O Estado patrimonial, devido a sua própria estrutura, enfrenta problemas e contradições. Como ele se baseia na burocracia, este aparato burocrático tende a crescer, a fim de consolidar a força do Estado. Mas quando este aparato cresce, ele se subdivide, e se essa subdivisão por seu lado, tende a crescer também, ela termina por se tornar uma ameaça ao poder central e ao seu espírito autoritário.

No Estado neopatrimonial, para que não ocorra esta subdivisão, ou o que seria muito pior para esta filosofia do Estado, para que não apareçam ou não se afirmem forças autônomas, ele, o Estado, se utiliza de um recurso muito singular, que é a cooptação política. Este recurso é utilizado a fim de anular estas forças autônomas, ou impedir que elas se afirmem social e politicamente. Através de uma rede de favores, prestações de serviços, empregos etc., estas forças se comprometeriam com o regime, se anulariam, e perderiam a sua autonomia diante do poder central. Como um exemplo clássico, o autor cita o Ministério do Trabalho, o Sistema Previdenciário e o PTB da era Vargas, que eram utilizados justamente para fins de cooptação e manipulação.

Desde o período colonial e de dominação portuguesa, a questão centralização versus descentralização já era um problema latente. A causa de tais conflitos, além de social, política ou econômica, deve-se também à própria dimensão do espaço geográfico brasileiro, que não facilitava a formação de um governo forte e centralizado.

Com a decadência da economia açucareira no Nordeste, o declínio do ciclo do ouro em Minas Gerais e o isolamento de São Paulo, o centro administrativo vai se concentrando cada vez mais no Rio de Janeiro. O Rio Grande do Sul, militarizado, devido a problemas de fronteiras e ao estado de guerra que daí advinha, formava um estado à parte, com características próprias, o que contribuiu decisivamente para sua vocação federativa e independente, que marcou toda sua história.

A expansão do café, e sua explosão no mercado internacional, deu a São Paulo a dianteira nos rumos da política e da economia nacional, e, conseqüentemente, aumentou o seu poder de influenciar os centros de decisão.

A causa desta expansão não se deve apenas à fertilidade do solo, mas à política de imigração incentivada e financiada em grande parte pelo governo estadual. Entretanto, com a criação do mercado internacional, os paulistas se viram

forçados a apelar para a intervenção do Governo Federal, a fim de reabilitar o seu comércio que ficou abalado com esta crise. A princípio, reivindicaram uma intervenção temporária, mas posteriormente, esta intenção tornou-se permanente. Com isto, o autor quer demonstrar o abandono da política do "laissez-faire", em prol de uma contínua e crescente intervenção do Estado na economia.

Remontando ao período colonial, o autor descreve dois movimentos típicos e contraditórios, utilizados pelo governo central. A princípio, a administração oferecia todas as facilidades e liberdades aos grupos privados e particulares. Em períodos de decadência econômica e estagnação, ocorria justamente o contrário. Temendo ser lesada ou ludibriada, a Coroa tornava mais rigorosa a fiscalização, fazendo-se mais influente administrativamente, e invertendo o fluxo anterior para uma maior centralização.

Com a abdicação de D. Pedro, e durante a regência, estouraram várias rebeliões regionais. A fim de combatê-las, foi criado o primeiro exército nacional regular de nossa história.

A República cria um clima favorável à descentralização administrativa. Os republicanos paulistas, ansiosos de sua autonomia, e já em plena "boom" do café, não desejavam uma solução militar, que poderia ameaçar os planos de autonomia. Entretanto, como a República foi proclamada pelos militares, o Partido Republicano Paulista entra de imediato em choque com o governo central.

A história da República é uma repetição dos ciclos anteriores, ou seja, um confronto entre a centralização e a autonomia regional, entre o governo civil e o governo militar.

A princípio, a autonomia se realiza, atendendo principalmente ao interesse dos paulistas, mas à medida que nos aproximamos do final da primeira República, nos deparamos com uma nova tendência à centralização.

Com a crise internacional, já mencionada, a classe dos plantadores de café reivindica apoio ao Governo Federal que, aos poucos, adota uma política de nacionalização (centralização) do café. Se tal apoio federal consolida os interesses econômicos dos paulistas, por outro lado os aliena, de sua força política e do seu espírito de autonomia.

A revolução de 30 é um novo capítulo na história da centralização e concentração do poder político, e São Paulo, com as suas tendências autonomistas e de federalismo, não se adapta com facilidade ao novo regime. São Paulo

é o "lado perdedor da Revolução de 30". O presidente deposto, Washington Luís, era um paulista, e o seu sucessor, Júlio Prestes, também paulista, foi impedido de assumir pelas forças revolucionárias. Por outro lado, o novo governo apoiava "eventualmente as demandas populistas", contrariando os interesses dos setores industriais de São Paulo.

Segundo o autor, a Revolução de 1932 nada mais foi do que uma revolta contra a centralização e uma tentativa de restabelecer a autonomia regional.

Com a queda de Vargas em 45, estamos diante de um novo quadro político, ou seja, a democracia representativa, com a participação das massas. Os interventores e prefeitos nomeados do antigo regime e os burocratas do sindicalismo e do sistema previdenciário conseguem sobreviver politicamente, e se mantêm no poder: os primeiros situados no PSD, os segundos no PTB.

Estes dois partidos, através de um jogo de coligações e cooptações, se apossam da máquina do poder durante quase todo o período 45-64 (com exceção da breve temporada Jânio Quadros), e, neste espaço de tempo, traçam os rumos da política nacional. A crise deste sistema de coligações viria a ser uma das principais causas do colapso de 64, que deu origem ao movimento militar.

Em seguida, refere-se a várias interpretações sobre a crise de 64, lembrando que esta, bem como o próprio processo político brasileiro não pode ser entendido sem considerar o desenvolvimento do Brasil como estrutura complexa cujo centro é o setor militar.

Num momento teórico, questiona os modelos analíticos da sociologia política e eleitoral e elege a problemática Estado-Sociedade Civil como ponto de partida para a análise dos processos políticos.

A partir das categorias: representação política e natureza da atividade política, pondera o autor que há dois modos de se pensar o quadro político brasileiro. O primeiro se dá, através de uma corrente liberal e antiestatal que defende a legitimação do Estado a partir de um sistema democrático de representação de interesses, viabilizador da iniciativa privada e de um eficiente capitalismo competitivo, criticando, pois, o autoritarismo político fundado no "clientelismo e favoritismo pessoal". O segundo modo se dá, através de corrente oposta que propugna pela centralização do Estado, cuja legitimação baseia-se numa política voltada para "objetivos coletivos e nacionais". Esta crítica a posição liberal que, por ser privatista, mantém as desigualdades sociais.

O autor, assumindo uma posição eclética, conclue que, cada corrente reflete aspectos fundamentais da realidade político administrativa brasileira,

defendendo portanto, a unificação dessas duas tendências no que há de positivo, para uma transformação política do país.

Por fim, reporta-se, brevemente, aos estudos eleitorais como uma das vias importantes, nem por isso suficientes, para a compreensão dos processos políticos. Estes estudos não devem se restringir ao campo político partidário, mas considerar outras esferas onde também há representação social (v.g., o setor habitacional com as Associações de Moradores), sob pena de tornar a "vida política um ritual vazio de conteúdo, dispendioso e essencialmente inútil para governantes e governados".

Alexandrina Sobreira de Moura
Fundação Joaquim Nabuco